

A mobilização social a partir da comunicação social: a experiência do Programa de Educação Sexual e Promoção da Saúde¹

Amarilis Cardoso SANTOS²

Antonio Fellipi Morais FERREIRA³

Talita Karenina Diniz ABREU⁴

Faculdade Estácio de São Luís –MA

RESUMO

Este artigo apresenta a reflexão da mobilização social sob o olhar da comunicação a partir da experiência do Programa de Educação Sexual e Promoção da Saúde – PESS, desenvolvido em 119 (cento e dezenove) comunidades, em 21 (vinte e um) municípios do Maranhão e Pará, entre os anos de 2013 e 2016. Busca compreender que a comunicação e mobilização são direitos legítimos garantidos pelo Estado Brasileiro, e que além de ser uma ação de convocação e sensibilização, são processos de envolvimento de todos os sujeitos, como sujeitos protagonistas de sua história. Compartilha, ainda, o resultado final e objetivos alcançados pelo PESS, avaliado como exitoso, sobretudo, por ter usado como estratégia de ação a mobilização social aliada à comunicação.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação; Mobilização; Programa PESS

Introdução

O Programa Educação Sexual e Promoção da Saúde – PESS foi um Programa sócio educativo da Vale, junto às comunidades impactadas por suas operações, uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), para a realização das obras de expansão da estrada de ferro Carajás (construída entre os estados do Maranhão e o Pará).

¹ Trabalho apresentado no DT 7 – Comunicação, Espaço e Cidadania do XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 29 de junho a 1 de julho de 2017.

² Professora de graduação e pós-graduação da Faculdade Estácio de Sá – São Luís, Relações Públicas, especialista em Jornalismo Cultural na Contemporaneidade, e-mail: amariliscardoso@yahoo.com.br

³ Estudante de Graduação 5º. semestre do Curso de Publicidade e Propaganda da Faculdade Estácio de Sá – São Luís, email: fellipi20@outlook.com

⁴ Estudante de Graduação 4º. semestre do Curso de Publicidade e Propaganda da Faculdade Estácio de Sá – São Luís, email: talitak.diniz@gmail.com

O PESS contou com parceria de órgãos públicos e privados, além das organizações da sociedade civil (que compõem o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente), lideranças comunitárias e adolescentes de 21 municípios, dos Estados do Maranhão e Pará desenvolvendo suas atividades entre os anos de 2013 e 2016.

A temática do combate a violência sexual contra criança e adolescente era o tema prioritário do PESS, tratado como assunto transversal dentro de todas as outras temáticas trabalhadas ao longo do Programa.

Para que o PESS alcançasse os seus objetivos foi necessário se pensar a estratégia mais eficaz para convocar, dialogar, envolver e sensibilizar essas comunidades em prol de um Programa educativo, promovido por uma empresa que passa por constante diálogo e gerenciamento de crises com aquelas comunidades, devido ao impacto social e ambiental resultado de sua obra. Assim, o PESS adotou a metodologia da comunicação aplicada à mobilização social. Segundo esta abordagem, a mudança de qualquer realidade requer um processo de convocação de vontades para o alcance de um propósito comum – aqui no caso: o PESS, o combate à violência sexual contra crianças e adolescentes e a promoção da saúde.

Podemos entender a mobilização social como um processo de convocação de vontades para uma mudança de realidade, mediante propósitos comuns, estabelecidos em consenso. Ela envolve o compartilhamento de discursos, visões e informações e, por isso, exige ações de comunicação em seu sentido mais amplo. Nesse sentido, isso significa dizer que a mobilização como prática social envolve, necessariamente, o estabelecimento de redes de relações que somente é possível por meio de ações de comunicação. (MAFRA, 2010, p.116):

Ao final foi avaliado que o sucesso do Programa (alcance dos objetivos, metas, resultados e público atendido) só foi possível, primordialmente, devido as ações de comunicação e mobilização social. Ou seja, para que fosse concretizada ou encaminhada uma perspectiva da transformação social, foi necessário, primeiramente, a convocação, a sensibilização, o entendimento e envolvimento de todos os sujeitos, como protagonistas do PESS, para assim se tornarem multiplicadores de seus objetivos dentro da realidade dos membros de cada comunidade.

Comunicação e Mobilização Social no PESS

Mesmo hoje sendo uma prática social, ainda há uma confusão muito grande quanto ao significado da mobilização social. Há quem a conceitue como manifestação na praça, um movimento de panfletagem ou uma passeata. Porém para ser considerado um processo de mobilização social deve haver primeiramente um compartilhamento de objetivos, sentidos e desejos dos sujeitos envolvidas nesse movimento, para se alcançar um resultado.

Toda mobilização é mobilização para alguma coisa, para alcançar um objetivo pré-definido, um propósito comum, por isso é um ato de razão. Pressupõe uma convicção coletiva da relevância, um sentido de público, daquilo que convém a todos. Para que ela seja útil a uma sociedade ela tem que estar orientada para a construção de um projeto de futuro. Se o seu propósito é passageiro, converte-se em um evento, uma campanha e não em um processo de mobilização. A mobilização requer uma dedicação contínua e produz resultados quotidianamente. (TORO, 1996, p.5)

O Brasil é um Estado Democrática e de Direitos, no qual o envolvimento da sociedade civil, por meio dos processos de mobilização social, se tornou uma prática e é essa atividade real que merece atenção, análise, estudo e entendimento de todos as áreas das ciências sociais.

Como ressalta Mafra (2006) ao afirmar ser a mobilização social um processo legítimo e essencialmente político, uma prática historicamente constituída, dotando os indivíduos de liberdade e autonomia na configuração de suas redes de relações. Dessa forma, vários campos das ciências, especialmente do campo social, têm desenvolvido debates e dedicado seus estudos para compreensão desse fenômeno: a sociologia, a história, a política, a economia, as ciências sociais aplicadas e a comunicação social.

Nesse trabalho apresentar-se os resultados de um Programa de educação sexual e promoção da saúde, uma estratégia de gestão da empresa Vale para o cumprimento de uma condicionante do IBAMA para o licenciamento ambiental federal, que foi desenvolvido junto às comunidades que vivem ao longo da obra de duplicação da ferrovia Carajás.

Aqui, o processo de mobilização foi a maior estratégia utilizada, tendo em sua essência as ações de comunicação, a fim de envolver as comunidades desde o pensar e construir o projeto, o envolvimento dos atores sociais na causa, o estabelecimento de parcerias, a divulgação dos ideais, a interações com a comunidade e trocas comunicacionais e de saberes entre os sujeitos da ação.

Toda mobilização social requer um projeto de comunicação em sua estruturação. A comunicação social tem contribuições importantes e fundamentais no processo de coletivização. O projeto de comunicação de um processo de mobilização tem como meta o compartilhamento, o mais abrangente possível, de todas as informações relacionadas com o movimento, o que inclui desde os objetivos, as informações que justificam sua proposição, até as ações que estão sendo desenvolvidas em outros lugares, por outras pessoas, o que pensam os diversos segmentos da sociedade a respeito das ideias propostas, etc. (TORO, 1996, p.36)

Partindo da concepção do autor, que a mudança de qualquer realidade requer um processo de convocação de vontades para o alcance de um propósito comum – no caso específico do PESS: o combate à violência sexual contra crianças e adolescentes, e a promoção da saúde – logo na primeira ação do projeto (reunião de apresentação do Programa e formação de parceria coma rede de instituições que formam o Sistema de Garantia de Direitos, de cada um dos 21 municípios) buscou-se construir um acordo, reconhecendo os sujeitos e partilhando os sentidos e valores da experiência coletiva, inclusive no que tange a resolução de questões críticas e delicadas que abordavam o PESS.

A metodologia trabalhada propiciou o processo de construção do conhecimento, na tentativa de compreender a si e ao outro. Nelas estão contidos os indícios de manifestação e aprendizagem da própria identidade, assim como de integração ao ambiente e de renovação dos valores.

O PESS adotou a concepção de que a comunicação pode assumir funções integrada, por meio do seu papel na difusão de informações, promoção da coletivização, registro da memória e fomento à identificação, além de servir como instrumento pedagógico, através da educomunicação⁵.

Seguem algumas estratégias de comunicação e mobilização social usadas para a execução do PESS:

- Mapeamento de todos os possíveis parceiros locais;
- Convocação para reunião de lideranças por meio de convites impressos e rádio comunitária;

⁵ O conjunto de processos que promovem a formação de cidadãos participativos política e socialmente, que interagem na sociedade da informação na condição de emissores e não apenas consumidores de mensagens, garantindo assim seu direito à comunicação. Os processos educucomunicativos promovem espaços dialógicos horizontais e desconstrutores das relações de poder e garantem acesso à produção de comunicação autêntica e de qualidade nos âmbitos local e global. Sendo assim, a educomunicação contempla necessariamente a perspectiva crítica com relação à comunicação de massa, seus processos e mediações (MARQUES E BORGES, 2016, p.6)

- Em todas as atividades um mobilizador comunitário, Relações Públicas, visitava as lideranças comunitárias e as Instituições da Rede, a fim de dialogar, convidar e gerenciar possíveis crises e acordos;
- Realização de reunião para apresentação do PESS, acordos e adequação do Programa à realidade local;
- Realização de diagnóstico sócio, cultural e educativo, com esses parceiros;
- Capacitação dos mobilizadores comunitários (multiplicadores) em palestras e oficinas;
- Capacitação dos multiplicadores comunitários (multiplicadores) para formação de novos mobilizadores locais;
- Sensibilização para criação de grupos de mobilização;
- Formação específica para as Instituições da Rede de Proteção dos Direitos das crianças e adolescentes;
- Criação de um plano de mobilização e comunicação, que marcaria o encerramento do PESS, com a temática: enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes;
- Monitoramento das ações planejadas;
- Criação de instrumentos da mobilização: spot de rádio, spot de carro de som, oficinas, palestras, panfletos, cartazes, faixas, fanzines e indicadores de monitoramento das atividades;
- Divulgação e disseminação das ações realizadas em veículos de comunicação de massa local;
- Avaliação permanente e acompanhamento dos indicadores do projeto, em todo o processo.

Etapas da dinâmica de realização do PESS

O PESS aconteceu entre os anos de 2013 e 2016, em 21 municípios (Ver tabela abaixo). As comunidades foram definidas previamente pelo Estudo de Impactos Ambientais do IBAMA. Mas, a metodologia de mobilização e a realização do Programa foi construída democraticamente com as instituições que compõe a Rede do Sistema de Garantia de Direitos das crianças e adolescentes de cada município (Conselhos Municipais de Direito, Conselho Tutelar, escolas, igrejas, polícia, grupos de jovens, associação comunitária, Secretarias de Assistência, Educação e Saúde).

MUNICÍPIOS – MA e PA	COMUNIDADES ATENDIDAS	PARTICIPANTES
Cidelândia	Sede	61
São Francisco do Brejão	Sede e Trecho Seco	50
Açailândia	Sede e Pequiá	62
Bom Jesus das Selvas	Sede e Nova Vida	55
Buriticupu	Sede, Vila Pindaré, Vila Concórdia	57
Alto Alegre do Pindaré	Sede, Tucumã, Vila Nova, Araparizal Três Bocas, Roça Grande, Mineirinho, Brejinho, Boa Vista, Auzilândia, Arapapá, Altamira, São Miguel – Flor do Dia, Vila União, Marmorana	123
Tufilândia	Sede, Bórgea, Serra, Atraca	61
Pindaré-Mirim	Sede, Bambu, Lages, Olho D'água dos Carneiros	47
Santa Inês	Sede, Piquizeiro, Encruzilhada, Barradiço, Cutia Pelada	40
Monção	Sede, Morros, Margarida Alves, Cajazeiras, Andirobal e Rita	71
Igarapé do Meio	Sede, Vila Diamante, São Benedito, São Vicente, Puraqueú, Riachão e Vila Primavera	52
Vitória do Mearim	Sede, Arraial, Todo Dia, Tirirical, São Lourenço, Mato Grosso, Vila Nova, Escondido, Coque e Boa Vista	70
Arari	Sede, Boca do Mel, Canarana, Barbado, Moitas, Gancho, Incuze de Laranjeiras, Pimental, Bubasa e Quindil	50
Miranda do Norte	Sede, Água Preta, Água Branca, Cariongo 1, Cariongo 2, Cariongo 3 e Campestre	60
Anajatuba	Sede, Morro Grande, Morro do Alexandre, Capotal e Pacova	43
Santa Rita	Sede, Carionguinho, Cai Coco, Centrinho e Mata dos Pires	40
Bacabeira	Sede, Peri de Baixo, Peri de Cima, Campo de Peri, José Pedro, Gameleira e Ramal do Aboud	45
Vila Nova dos Martírios	Sede, Davilândia, Marcolândia e Jatobazinho	55
São Pedro da Água Branca	Sede, Cabeça Gorda e Z(Primeiro Cocal	60
Marabá (PA)	Sede, Folha 5, Folha 7, Folha 8, Folha 9, Folha 17, Folha 18, Folha 19, Folha 29, Araguaia, Km 07, Nossa Senhora aparecida, Núcleo Urbano São Felix e Itainópolis	63
Parauapebas (PA)	Sede e Palmares	70
21 municípios	119 comunidades	1.235 pessoas

Tabela 1: Números finais do PESS (2013 – 2016), quantidade de Municípios, comunidades e participantes

Articulação Institucional

A Articulação Institucional foi a primeira fase do PESS nos municípios. Tinha por objetivo apresentar às lideranças e instituições locais a proposta de trabalho do PESS e

promover a mobilização das forças locais para a sua necessária sensibilização em torno do projeto. A ideia desta fase é apresentar o PESS como mais uma parceria, reconhecendo e apoiando as iniciativas já existentes no território.

Diagnóstico

O Diagnóstico acontecia representantes das instituições e lideranças escolhidas na primeira reunião de articulação institucional. O objetivo desta ação é traçar um panorama da situação da violência sexual; da gravidez na adolescência; das doenças sexualmente transmissíveis; do uso de álcool e drogas na adolescência no município, bem como, das características da rede de atendimento, prevenção e responsabilização.

A metodologia utilizada é a de Grupo Focal, na qual são utilizadas várias estratégias de coleta de dados com o objetivo de conhecer e compreender a realidade em um contexto sociocultural, a partir da percepção dos participantes.

Os minicursos – a formação do PESS

A partir da observação, interpretação e estudo dos resultados apontados no diagnóstico, os minicursos eram construídos aplicados à realidade sociocultural local.

Módulos	Temas	Oficinas de Educomunicação
Módulo I	Direitos da Criança e Adolescente	Fotografia – Metodologia de Stop Motion
Módulo II	Direitos Sexuais e Prevenção à Gravidez não planejada na Adolescência	Fanzine
Módulo III	Promoção da Saúde e Prevenção à DST/AIDS	Vídeo Educativo
Módulo IV	Prevenção à violência sexual	Rádio Comunitária
Módulo V	Participação e mobilização Social	Planejamento do Plano de comunicação e mobilização social na comunidade
Módulo VI	Encerramento do PESS com a execução do Plano de comunicação e mobilização social na comunidade	

Tabela 2: Módulos e temas desenvolvidos no PESS

O minicurso era a formação do PESS, tinha uma duração de 6 (seis) meses, dividido em 6 (seis) módulos de 08h cada, oferecido à 30 (trinta) adolescentes e 30 (trinta) adultos, em cada município. Dos módulos I ao V, a metodologia era que durante a

manhã se trabalhava o conteúdo teórico, com participação de adolescentes e adultos, e na parte da tarde somente os adolescentes permaneciam para uma oficina de educomunicação, tendo como objetivo desenvolver habilidades, produzir uma peça de comunicação e aprender formas de disseminar o conteúdo trabalhado na parte da manhã.



Foto 1: Imagens das formações do PESS

Plano de comunicação e mobilização social na comunidade

Esta ação era o encerramento PESS nos municípios. Durante o módulo V, os jovens recebem capacitação sobre participação social e eram estimulados a pensar um plano de ação de comunicação e mobilização social para disseminar todo o conhecimento construído ao longo do Programa, e cada município teve como meta realizar duas ações amplas de mobilização sobre o tema trabalhado pelo PESS.

A partir disso, a coordenação do Programa realizava reuniões com os grupos de jovens para auxiliar no planejamento, acompanhar o andamento das ações e fornecer todo subsídio necessário – material e pedagógico – para a operacionalização dos planos.

A culminância dessa fase era a execução das ações em cada município, pensadas de acordo com a realidade e necessidade sociocultural da localidade. As ações eram

pensadas para reunir a sociedade em debate e reflexão sobre as questões da violência sexual de crianças e adolescentes, as ações foram variadas: concurso de redação, concurso de desenho, teatro, cinema de rua, campeonato de futebol, passeatas, palestras em escolas, *blitz* educativa em pontos estratégicos, panfletagem em locais públicos, shows musicais, apresentação de *hip-hop*, *bumba-meu-boi*, *tambor de crioula*, entre outros. Todas tendo como objetivo principal passar a mensagem do combate à violência sexual contra crianças e adolescentes e estimular a população a denunciar, divulgando os canais de denúncia, como o Conselho Tutelar e Disque denúncia – 100.



Foto 2: Imagens de ações de comunicação e mobilização do PESS

Considerações Finais

O PESS, a princípio, parecia ser apenas mais uma proposta de um curso de formação oferecidos pela Vale, mas não foi o que aconteceu. Ter usado a comunicação e mobilização social, como metodologia do Programa provocou nessas comunidades uma perspectiva da transformação social.

Prova disso, é o comprometimento hoje dos participantes do PESS em não deixar a luta em prol dos direitos das crianças e adolescentes acabar com a saída do Programa dos municípios. O que merece, sem dúvida, outra proposta de pesquisa: o legado do PESS nos municípios ao longo da Estrada de Ferro Carajás.

Após o Programa sabe-se de organizações de grupos ou iniciativa em torno do combate à violência sexual. Reforçando o que deveria ser responsabilidade de todos nós, como tão bem defende a no Constituição Federal Brasileira no seu artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

É inegável lembrar que a luta contra violência vivenciada por crianças e adolescentes sempre é um desafio muito grande. Ainda mais nos Estados do Maranhão e Pará, que estão na relação entre os dez estados que mais registram abusos sexuais contra crianças, bem como submissão à uma pessoa com menos de 18 anos à prática da exploração sexual. Além, do Maranhão estar no 2º lugar no *ranking*, segundo a pesquisa da Fundação Abrinq (2015), em relação à violência letal de jovens, mortalidade infantil, desnutrição, gravidez na adolescência, cobertura de creches, escolarização, trabalho infantil e saneamento básico.

Apesar do desafio de enfrentar essa realidade, os objetivos do PESS foram alcançados e a condicionante ambiental atendida. Contudo, mas que uma obrigação legal, os gestores do Programa avaliam que o legado do protagonismo deixado pelo PESS é o que há de maior relevância.

Seria leviano afirmar que o PESS conseguiu mudar a realidade e indicadores sociais em seus três anos de atuação. Mas, se percebe pelos relatórios de acompanhamento que houve a mudança de atitude dos participantes, ao longo do

Programa. O que se faz crer que mais do que o cumprimento de uma mitigação do IBAMA, o Programa de Educação Sexual e Promoção da Saúde deixou um legado de protagonismo e vivência cidadã.

Aqui, lideranças comunitárias, jovens, gestores, professores, agentes comunitários de saúde, enfermeiras, parteiras, membros do Sistema de Garantia de Direitos, pescadores, donas de casa, folcloristas, lavradores, agricultores, comerciantes, e todas as representações das comunidades, que foram convidadas e aceitaram ao convite do PESS, participaram e hoje se reconhecem como sujeito de sua história, inserido no coletivo, que buscam colaborar e assumir responsabilidades em favor da vida e contra as violência que enfrentam nossas crianças e adolescentes.

Referências

BRAGA, Clara; HENRIQUES, Márcio Simeone; MAFRA, Rennan. **O planejamento da comunicação para a mobilização social:** em busca da co-responsabilidade. In: *HENRIQUES, Márcio S. (Org.). Comunicação e estratégias de mobilização social*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Contém as emendas constitucionais posteriores. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 a. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/18069.htm Acesso em mar. 2017

FRANÇA, Fábio. **Gestão de relacionamentos corporativos.** In: GRUNIG, James. *Relações Públicas: teoria, contexto e relacionamentos*. 1ª ed. São Caetano do Sul, SP: Difusão, 2009.

MAFRA, Renan Lana Martins. **Mobilização social e comunicação:** por uma perspectiva Relacional Mediação, Belo Horizonte, v. 11, n. 10, jan./jun. de 2010

MARQUES, Paulo César Pedroza e BORGES, João José de Santana. **Educomunicação:** origens e conexões de uma nova área de conhecimento. Universidade do Estado da Bahia (UNEB), 2016. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_MD1_SA19_ID9436_16082016200111.pdf . Acesso: março, 2017.

PERUZZO, Cicilia M.K. **Comunicação nos movimentos populares:** a participação na construção da cidadania. 3a. ed. Petrópolis: Vozes, 2004a.

_____. **Comunicação comunitária e educação para a cidadania.** Revista PCLA – Pensamento Comunicacional latino Americano. São Bernardo do Campo: Cátedra UnescoUmesp, v.4,n.1, p.1-9, 2002.

RELATÓRIO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO SEXUAL E PROMOÇÃO DA SAÚDE DA VALE – 2013 A 2106. São Luís: Dupla Criação, 2017. 102 p.

TÖNNIES, Ferdinand. **Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais.** In: FERNANDES, Florestan (Org.). *Comunidade e sociedade*. São Paulo: Nacional, 1973. v.1. p.96-116.

TORO, Jose Bernardo e WERNECK, Nisia Maria Duarte Furquim. **Mobilização Social:** um modo de construir a democracia e a participação. UNICEF, Brasil, 1996. Disponível em: <http://www.jornalescolar.org.br/wp-content/uploads/2012/09/mobilizacao-social-bernardo-toro-e-nisia-maria-duarte-werneck.pdf> . Acesso: março, 2017.